

QUESTÃO SOCIAL, TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS CAPITALISTAS

José Eduardo Roselino*
Marcos Francisco Martins**
Miriam Ferreira Martins***

RESUMO: O presente artigo discute a atualidade dos elementos apontados na seção IV d'O Capital para a compreensão do atual estágio de desenvolvimento da forças produtivas capitalistas. A partir deste esforço identifica-se a pertinência de se empregar o instrumental marxista de análise como matriz teórica essencial à formação do profissional de Serviço Social na contemporaneidade. Defende-se que o referencial teórico-metodológico marxiano é epistemológica e ético-politicamente suficiente para orientar esse trabalho de compreensão e de intervenção sobre a questão social.

Palavras-chave: forças produtivas. Karl Marx (1818-1883). Maquinaria. Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O referencial marxista de análise ocupa espaço privilegiado na fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social no Brasil, especialmente a partir do processo de “reconceituação” iniciado na segunda metade dos anos 1960 (FALEIROS, 2005), quando se constitui como uma matriz teórica basilar para a compreensão da questão social¹. A partir desse referencial, não apenas o processo de trabalho do serviço social

* Economista pela Unesp (Universidade Paulista), mestre e doutor em Economia pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), professor do UNISAL (Centro Universitário Salesiano de São Paulo) e FACAMP (Faculdades de Campinas).

** Filósofo pela Puc (Pontifícia Universidade Católica) de Campinas, mestre e doutor pela Faculdade de Educação da Unicamp e Professor Adjunto da UFSCar - Campus Sorocaba-SP – e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

*** Assistente Social pela Unaerp (Ribeirão Preto), Mestre em Serviço Social pela PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo e doutora pela da FHDSS (Faculdade de História, Direito e Serviço Social) em Franca

¹ Iamamoto (2004) esclarece que a despeito da expressão “questão social” ser estranha ao universo marxiano, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a dinâmica do capitalismo.

passou a ser compreendido como expressão de relações sociais de produção historicamente determinadas, mas também, e especialmente, o próprio objeto de trabalho (a questão social) revela sua marca genética no contexto das transformações técnico-produtivas comandadas pela lógica da acumulação ampliada do capital.

O intenso debate conduzido no âmbito da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) desde meados dos anos 1990, tendo como objeto as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social, imprimiu novo fôlego às discussões a respeito da profissão como uma especialização no contexto mais geral da divisão sócio-técnica do trabalho, conforme já apontavam Yamamoto & Carvalho (1982), e reforçou a centralidade da categoria trabalho no arcabouço teórico da formação desse profissional.

Tal debate é particularmente importante no atual contexto de transformações na base técnica relacionadas à crise do padrão taylorista/fordista de produção, implicando um complexo conjunto de impactos sociais com desdobramentos objetivos e subjetivos (Cf. FERRETI, 1994 e SILVA, 2006) sobre a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2002)².

As transformações tecnológicas das últimas décadas apontam para significativos desdobramentos sobre a dinâmica capitalista (cf. SCHAFF, 1995). A atividade industrial, por exemplo,

foi inteiramente reelaborada. Não há país hoje que não tenha uma mescla de serviços com a indústria - daí vem a expressão serviços industriais. Há uma imbricação importante. Acabou a chamada teoria dos três setores - agricultura, indústria e serviços. Hoje se tem uma coisa muito mais interpenetrada - por exemplo, a agroindústria (ANTUNES, 2000, p. 8).

Este processo tem representado a “abertura de novas frentes” para a acumulação, desbancando atividades

² Alguns autores (Cf. ROSANVALLON, 1998) identificam a emergência de uma “nova questão social” a partir das últimas décadas do século XX (Cf. PEREIRA, 2003 e NETTO, 2001).

relacionadas ao setor metal-mecânico, tradicionalmente considerado “carro-chefe” nos marcos da segunda revolução industrial, ao mesmo tempo em que induz a um reposicionamento das sociedades periféricas no contexto da “nova divisão internacional do trabalho” (POCHMANN, 2000).

Nessa nova conjuntura, o desenvolvimento de um novo paradigma de automação flexível e programável, é indicado por alguns autores como uma evidência de que a perspectiva marxista estaria por ruir, inclusive com a superação do caráter antitético da relação capital-trabalho (Cf. HABERMAS, 2006). O trabalho teria alcançado a libertação da condenação a que estava sujeito na obra de Marx, reconquistando um papel ativo no processo de trabalho. Alguns autores apontam, inclusive, que estaríamos assistindo a um processo de revalorização do trabalho como resultado das novas exigências de qualificação e novas formas organizacionais “participativas”³ associadas a esse novo paradigma produtivo. O argumento muitas vezes apresentado sugere que essas transformações resultariam em “novas relações de produção”, nas quais os conceitos de exploração ou mesmo de “mais-valia” seriam inconsistentes. Assim, o atual panorama do capitalismo, ou mesmo dessa sociedade pretensamente “pós-capitalista”, estaria marcado por uma tendência de superação das relações conflitivas envolvendo capital e trabalho (Cf. GIDDENS, 2001). A qualificação do trabalhador e seu crescente empenho por produtividade demonstrariam a necessidade de uma relação de “parceria” entre os empresários e seus “colaboradores”⁴.

³ Leia-se “envolvimento imposto” ao trabalhador (Maria Tereza L. FLEURY, In: FERRETTI, 1994, p. 34), que tem (!) que se dispor a participar da nova forma produtiva usando toda a sua subjetividade e capacidade multifuncional produtiva; dito de outra forma, todas as capacidades de “homem omnilateral” são apropriadas pelo capital, que exige um trabalhador “multiskill”, multifuncional (SILVA, 2006).

⁴ Como bem notou Neves (2005), em seu *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso*, tal visão de mundo, na verdade, consiste em uma estratégia de legitimação do consenso em torno da nova sociabilidade burguesa, que teve impulso em meados dos anos de 1990 com a tentativa de implementação no Brasil do projeto político da “3ª Via Neoliberal”. Este projeto pretendeu formular alternativas aos “efeitos negativos do neoliberalismo” e às insuficiências da social-democracia,

Propõe-se, então, contrapor tais argumentos a uma releitura particular da Seção IV d'O Capital de Karl Marx (que trata da produção da mais-valia relativa) pela qual se buscarão subsídios para sustentar a assertiva de que o atual estágio de desenvolvimento tecnológico, longe de representar a falência do instrumental de análise marxiano, indica a confirmação de seu potencial heurístico, que entende o momento atual como desdobramento do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

O presente artigo retorna o olhar aos capítulos que compõem a "tríade" do desenvolvimento das forças produtivas (cooperação simples, divisão manufatureira do trabalho e maquinaria e grande indústria) para identificar, nos elementos determinantes das transformações tecnológicas apresentados, sinais de vitalidade teórica para embasar a análise contemporânea da questão social.

2. UM RETORNO A MARX: RESGATE DOS ELEMENTOS ESSENCIAIS DA DINÂMICA TECNOLÓGICA

O desenvolvimento das forças produtivas é apresentado por Marx como sendo o processo por meio do qual o capital se apodera da produção de mercadorias, revolucionando as formas pretéritas de trabalho.

Esse processo é necessariamente precedido pela imposição da lógica do capital como motor das transformações, na medida em que a relação social capitalista é inaugurada com a emergência do trabalho assalariado. Assim, esta trajetória tem como ponto de partida lógico a própria constituição da relação social capitalista, sendo este o marco inaugural da produção sob a égide do capital. A partir desse advento, a lógica da

indicando uma nova agenda política e econômica para o mundo nos limites das relações societárias capitalistas. Sobre essa questão, Cf. também dois interessantes textos de Montaño: *Das "lógicas do Estado" às "lógicas da sociedade civil": Estado e "terceiro setor" em questão* (1999), e, principalmente, *Terceiro setor e a questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social* (2003); neste, o autor defende que hoje há uma nova forma de intervenção sobre a questão social mediada pelo chamado "Terceiro Setor" e orientada pelos imperativos do capital.

valorização deve reger todo o movimento de transformação, imprimindo seu caráter progressivo/progressista (como motor do progresso técnico).

2.1. A cooperação simples

Nestes termos, Marx redige o capítulo XI da seção IV d'O Capital, tendo a cooperação simples como estágio inicial desse processo. Ele define assim dois aspectos característicos do modo de produção capitalista: inicialmente, a própria constituição do capital como sujeito, ou mesmo o "surgimento" do capital, e também a transformação do processo de trabalho em processo caracterizadamente social, ou seja, em força produtiva do capital.

Dessa forma, a

ocupação simultânea de um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Este coincide com a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta, portanto, por um lado, como uma necessidade histórica para a transformação do processo de trabalho em um processo social, então, por outro lado essa forma social do processo de trabalho apresenta-se como um método, empregado pelo capital para, mediante o aumento da sua força produtiva, explorá-lo mais lucrativamente (MARX, 1984, p. 266).

Fundamentalmente, a cooperação aparece nessa forma "simples"⁵ na medida em que são reunidos vários trabalhadores no mesmo local de trabalho, produzindo o mesmo tipo de mercadoria sob o comando de um mesmo capitalista. Não é identificada nesta fase qualquer alteração no modo de trabalho; temos apenas o emprego (simultâneo ou alternado) de mão-de-

⁵ A cooperação permanece como base de todos modos de produção mais desenvolvidos, muito embora não mais em sua forma "simples". O processo de trabalho foi transformado em uma atividade caracterizadamente social pelo uso coletivo dos meios de produção na cooperação e esta característica subsiste em todas as formas mais desenvolvidas do processo de produção capitalista.

obra que se utiliza socialmente das mesmas ferramentas. Sob a perspectiva do capital, as vantagens relativas à reunião dos trabalhadores num mesmo local dizem respeito ao maior controle dos horários e materiais utilizados. A utilização coletiva dos meios de produção resulta em uma transferência menor de seu valor ao produto individual. “Esta economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos” (MARX, 1984, p. 259).

O trabalhador preserva todo o controle sobre as diversas etapas da produção em que atua, cabendo a ele desempenhar integralmente, num processo social de produção, as tarefas antes executadas pelo artesão individual. Permanecendo a técnica essencialmente idêntica ao de etapas pré-capitalistas, o trabalho requer a mesma qualificação e destreza antes exigida no aprendizado do ofício.

Esta caracterização da cooperação simples tem para o exercício lógico de Marx um papel fundamental, uma vez que aqui são apresentados em estado “puro” ou “estilizado” os pólos da tensão que determinará o movimento do desenvolvimento das forças produtivas: a persistente inadequação entre a forma social e a base técnica para os objetivos da acumulação capitalista.⁶

Na cooperação simples essa contradição aparece de forma quase didática, com a oposição entre a relação social de assalariamento (avançada), e o estágio de desenvolvimento das técnicas de produção em estado ainda “imaculado” pelo capital (atrasado). Marx expõe assim a clara necessidade de transformação da base técnica para o atendimento dos objetivos de valorização do capital.

Existe, então, nesta primeira fase uma inadequação da forma técnica, representada pela unidade entre a concepção e execução na figura do trabalhador, em oposição à forma já caracterizadamente capitalista da relação social, com a

⁶ Em consonância com isso, o movimento de desenvolvimento das forças produtivas aparece como um processo no sentido da superação dos limites da subordinação formal do trabalho ao capital em direção à subordinação real (social e técnica). Esta dimensão do desenvolvimento das forças produtivas está ricamente descrita e analisada em *Trabalho e Capital Monopolista*, de H. Braverman.

separação entre o trabalhador e os meios de produção.

O fato de o trabalho manual não estar ainda “desprovido de conteúdo” representa uma barreira aos anseios de valorização capitalista, que ainda não encontrou uma base técnica apropriada a esta nova forma social de dominação. Essa tensão impulsiona todo o desenvolvimento técnico no sentido do revolucionamento constante do processo produtivo, norteadado pelo objetivo de constituir um “modo de produção especificamente capitalista”.

2.2. A divisão manufatureira do trabalho

A divisão manufatureira do trabalho aparece na “tríade” do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas como sendo uma etapa intermediária desse processo, no qual as transformações introduzidas representam a primeira intervenção do capital nas técnicas de produção.

Essa etapa representa um avanço para a acumulação capitalista na medida em que se verifica um intenso incremento da produtividade do trabalho. De modo que a passagem da cooperação simples para a manufatura com divisão do trabalho ilustra também outra passagem: a da mais-valia absoluta para a relativa.

O primeiro passo desse processo significa a alienação do trabalhador do conhecimento do processo de trabalho como um todo, que é apropriado pelo capital. O trabalhador parcial perde (raiz etimológica do conceito de alienação) a faculdade de pensar o trabalho na sua totalidade. O processo produtivo funciona de forma a integrar todas as tarefas, e o trabalhador parcelar é alienado, ou melhor, torna-se uma parte deste corpo que parece ter vida própria, articulando diversos trabalhadores particulares.

Dessa maneira, se na cooperação simples a relação social capitalista se impõe pela separação entre os trabalhadores e os meios de produção, a manufatura com divisão do trabalho representa a cisão entre o trabalho enquanto “dispêndio de energia laborativa” e o trabalho enquanto ofício.

O capital opera, assim, uma transformação importante, mas insuficiente, para o seu completo domínio sobre o processo

de produção material. Essa mudança na conformação do processo de trabalho representa um incremento do trabalho excedente e, portanto, da taxa de mais-valia, mas esbarra nos limites próprios da subjetividade em que se baseia. A presença do trabalho vivo como elemento central da produção impõe limites para os ganhos de produtividade.

Conclui-se que a manufatura representa um avanço no sentido de um ajustamento do processo produtivo à forma social capitalista, ainda que restrito a uma natureza apenas formal, visto que o trabalho vivo permanece na posição de unidade dominante do processo produtivo. Ou seja, trabalhador manufatureiro ainda detém o controle sobre a destreza e a velocidade impostas aos instrumentos de trabalho, muito embora estes já não mais lhe pertençam.

A base técnica, portanto, ainda não se encontra plenamente ajustada à forma capitalista, uma vez que representa uma limitação ao controle, por parte do capital, do processo de trabalho. A manufatura resulta ainda em uma limitação à acumulação e expansão do capital.

2.3. Maquinaria e grande indústria

Marx apresenta no capítulo XIII da seção IV d'O Capital o grande prodígio do revolucionamento das forças produtivas operado pelo capital. O advento da produção por meio de máquinas aparece como a consumação da vitória do capital sobre as limitações das formas anteriores da produção material. Nesta fase, o conhecimento humano, devidamente incorporado e manejado pelo capital, passa a determinar o ritmo da produção de mercadorias e expande a capacidade produtiva ilimitadamente por meio da aplicação tecnológica da ciência. "A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo" (MARX, 1978, p. 221).

O capital imprime sua marca no processo produtivo, conduzindo a produção de mercadorias ao domínio absoluto da lei de valorização. Liberta-se, assim, da contradição

elementarmente apresentada na cooperação simples, entre uma forma social capitalista e as condições materiais atrasadas. A adequação da base técnica à forma social apresenta-se como a constituição de um “modo de produção especificamente capitalista”.

O trabalhador, que antes trabalhava com ferramentas similares às dos artesãos pré-capitalistas, perde agora o controle sobre a ferramenta, e sua habilidade não mais é determinante da produção. O capital se desprende das limitações impostas pela capacidade humana; a parte objetiva do capital se sobrepõe à parte subjetiva. Conforme Marx:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve das ferramentas; na fábrica ele serve à máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura os trabalhadores constituem membros de um corpo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente dele, ao qual são incorporados como um apêndice vivo (MARX, 1984, p. 43).

O grande feito do capital consiste em superar o caráter estritamente social da relação entre trabalho e capital, reproduzindo esta relação em termos técnicos com a subordinação do trabalho à figura personificada do capital no próprio processo material de produção: a máquina. Nesses termos, “O instrumento de trabalho deixa de ser uma expressão da atividade subjetiva do trabalhador para se transformar na expressão personificada do capital que utiliza o trabalhador como seu instrumento” (BELLUZZO, 1980, p. 96).

A produção material das mercadorias passa a ser definida em novas bases, com o princípio da maquinaria. As possibilidades de aprimoramento das forças produtivas nesse processo ganham contornos ilimitados. Os determinantes da produção passam a depender do avanço técnico aplicado às máquinas.

A aplicação tecnológica da ciência aparece como instrumento no sentido dos ganhos crescentes de produtividade das máquinas. A objetivação do processo de produção desloca,

portanto, o trabalho vivo para uma posição de apêndice de um mecanismo automático regido pelas leis da ciência.

Esse movimento foi assim descrito por Marx:

As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1978, p. 284).

3. O ALICERCE TEÓRICO-METODOLÓGICO MARXISTA PERMANECE SÓLIDO

A leitura de Marx e de autores que se inscrevem dentro da tradição do pensamento marxista permite extrair elementos essenciais sobre a lógica geral das transformações aqui descritas. Esse esforço deve apresentar os fundamentos sobre os quais se constrói o núcleo teórico desse trabalho que assevera que a reflexão e a análise sobre as características do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas devem ser elaboradas a partir deste marco teórico.

Todo o processo de revolucionamento das técnicas de produção apresenta o caráter progressivo do sistema baseado no movimento de valorização. A apropriação de mais-valia pelo capital no processo de produção impõe-se a partir da unidade forçada dos processos de trabalho e de valorização.

É assim que o trabalho vivo, elemento real de toda a produção, só aparece como meio para valorizar os valores existentes e, portanto como meio de

capitalização. É o trabalho acumulado, materializado nos meios de produção, o qual, agindo como capital, se conserva e se acrescenta sugando o trabalho vivo, tornando-se valor que se valoriza. É neste sentido que sob o regime capitalista de produção não é o trabalho que usa os meios de produção, mas são os meios de produção que usam o trabalho (BELLUZZO, 1980, p. 85).

O objetivo final do processo descrito, que se encerra na busca incessante e progressiva da valorização do valor, tem nas transformações técnicas o seu meio. Esse processo é forçosamente imposto na medida em que a lógica da valorização, que rege o movimento do capital em geral. Isso significa que a subordinação do trabalho ao capital que se verifica ao longo desse desenvolvimento não é um fim em si, mas é o meio para impor a lógica da valorização sobre as técnicas de produção.

O movimento descrito apresenta a relação conceitual entre o processo de trabalho e o processo de valorização,

esclarece-se assim a hierarquia dessas categorias na sociedade capitalista: o processo de valorização é dominante, o processo de trabalho é subordinado. Em consequência são as determinações da valorização do capital que explicam as mudanças operadas no processo de trabalho dentro da sociedade capitalista (MORAES NETO, 1988, p. 23).

O desenvolvimento das forças produtivas representa, nesse sentido, a manifestação do caráter contraditório do capital, na medida em que este nega o tempo de trabalho necessário como a própria essência original do valor. A tensão que age como força motriz dessas transformações representa uma das dimensões da “contradição em processo” concebida como o próprio capital, bem como o sistema de relações sociais construído à sua imagem.

O movimento de negação do trabalho como fonte originária do valor descola o processo de valorização das limitações inerentes à parte subjetiva do processo de produção. O trabalho vivo, que Marx descreve como “um instrumento imperfeito de produção” cede o lugar de elemento central da

produção de mercadorias para a “aplicação tecnológica da ciência”. Assim,

as forças produtivas se desenvolveram atterradoramente. As mercadorias perdem valor, deveriam tender a ficar “livres” – livres do trabalho, livres do valor. É o lucro a negar sua origem, o valor-trabalho; o capital a negar um dos seus pontos de partida, o trabalho assalariado (TAVARES, 1979, p. 17).

O radical revolucionamento da base material apresentado nesse movimento reflete-se, portanto, na tensão tendencialmente crescente entre a estrutura econômica e as relações de produção e distribuição sobre ela edificadas. A negação do trabalho vivo, como substância original do valor e do próprio capital, resulta na confirmação do caráter historicamente determinado desse sistema e, portanto, de seus limites e contradições.

Nesse processo, o capital caminha no sentido de negar seus elementos genéticos constitutivos. A superação dos limites impostos pelo elemento subjetivo no processo de produção aparece como parte do desenvolvimento histórico que deve construir as condições objetivas para a superação dos marcos da sociedade assentada sobre o trabalho assalariado. “O capital é, porém, ‘uma contradição em processo’, que tende ‘lógica e historicamente’ para seu ‘conceito’, para sua ‘forma mais geral e aparente’ que se afasta cada vez mais de sua ‘origem’, o valor-trabalho” (TAVARES, 1979, p. 14). Ou ainda, conforme Belluzzo, “desta forma, o capital é a própria contradição em processo, na medida em que a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sobre a qual se apóia esse processo de valorização” (1980, p. 100).

A negação do trabalho como unidade predominante do processo de valorização se dá a partir da objetivação do processo de produção. A substituição do trabalho manual pela máquina manifesta-se exteriormente pelo agigantamento do trabalho morto com relação ao trabalho vivo. Esse processo se

reflete na tendência de incremento crescente da composição orgânica do capital.

A composição orgânica do capital reflete quantitativamente um processo de profunda subversão qualitativa do processo de produção, com a subordinação do processo de trabalho aos objetivos mais gerais do processo de produção. Assim, deve-se ressaltar que a ênfase indevida na tendência da composição orgânica pode escamotear o movimento mais profundo e essencial de autonomização do processo de valorização do valor na esfera da produção.

Esse processo integra uma tendência geral do movimento do capital, conforme apontado por Tavares:

O desenvolvimento do tecnológico, porém, ao ganhar progressiva "autonomia" que só é comparável com a "autonomia" que ganhou o capital em sua forma geral e financeira, faz com que este afastamento se torne definitivo. A lei da valorização do capital produz inexoravelmente, através do desenvolvimento da Técnica e do Capital Financeiro, a destruição interna dos próprios mecanismos de conexão entre a valorização do capital *na produção* e o seu *movimento global de valorização*. Os preços de produção tendem a se afastar do valor-trabalho (1979, p 15 – grifos do autor).

A argumentação aqui sugerida é que o avanço do capital, definindo novos espaços de valorização da atividade produtiva nos tempos atuais, é o próprio desdobramento do movimento de revolucionamento das forças produtivas apontado por Marx, na medida em que aqui se encontra o desenvolvimento do "princípio da maquinaria" ao paroxismo.

A "aplicação consciente e sistemática da ciência natural" com o objetivo de elevar a produtividade da força de trabalho já havia sido identificada por Marx em meados do século XIX como característica geral da produção sob o sistema de máquinas. Braverman (1980, p. 138) esclarece, no entanto, que essas observações de Marx foram desenvolvidas ainda num estágio embrionário dessa tendência, que se apresentaria mais claramente no futuro.

Sendo assim, os rumos apontados pelas atuais características das técnicas produtivas não significariam a falência da teoria marxista, mas sim a confirmação da supremacia da “lei de valorização” sobre o desenvolvimento dos processos de produção e trabalho.

A despeito das interpretações correntes sobre a superação das categorias marxistas para a análise do atual estágio de “desmaterialização da produção”, este trabalho conclui não apenas que vivemos num período no qual se verifica a confirmação do movimento assinalado pela teoria marxiana, mas também que o atual estágio só pode ser devidamente compreendido nesta perspectiva.

Essa consideração baseia-se na aceitação de que as intensas transformações produtivas que se verificam no presente são resultado de um movimento cujo sujeito é o capital, operando a partir da mesma lógica da valorização, propulsora de todo o movimento de desenvolvimento técnico da produção sob o capitalismo. Outros enfoques, que pressupõem a superação do instrumental marxista de análise, desconsideram, pois, o próprio caráter capitalista da conjuntura atual, uma vez que acabam por negar os elementos historicamente determinados destas transformações.

Esse é o caso, por exemplo, de conceber a nova dinâmica societária, fruto da reestruturação do modo de vida capitalista, como desmaterialização da produção, e não como confirmação do movimento constante, contínuo, de revolucionamento técnico desenhado pelo autor d'O Capital. Aliás, “No pensamento contemporâneo tornou-se lugar-comum falar em ‘desaparição do trabalho’ (Dominique Méda), ou ainda em ‘fim do trabalho’” (ANTUNES, 2000, p. 08). Contudo, há que se considerar esse processo nos limites estreitos de uma modernização conservadora do capital.

Veja-se que a gênese daquilo que hoje se identifica como a “sociedade pós-industrial”, “pós-moderna”, “pós-estruturalista”, ou com outras denominações impróprias, se explica por um contexto de colapso financeiro dos Estados Nacionais, advindo principalmente da crise do petróleo da década de 1970, e de crises de mercado, motivada pelo peso econômico dos altos volumes da produção de tipo

taylorista/fordista, bem como também pela baixa integração dos processos produtivos, de circulação e de consumo das mercadorias. Se num primeiro momento a orientação política, ideológica e social neoliberal conseguiu dar respostas provisórias e momentâneas à valorização do capital - enxugamento das máquinas estatais com a constituição de "Estados Mínimos", reformulados a partir das orientações do Consenso de Washington -, seria novamente indispensável a adequação do processo produtivo a esse novo cenário, já que o padrão taylorista/fordista e seus altos estoques, seus produtos padronizados, seus processos fixos e seu trabalhador exímio cumpridor de planejamentos prévios não mais respondia às necessidades do capital. De maneira que foi necessária toda uma reestruturação produtiva, obviamente concebida como um ajustamento do desenvolvimento técnico produtivo ao imperativo da ampliação da valorização do capital.

Por isso, assistimos a integração informacional dos setores e processos produtivos, pela qual as funções operativas vão às máquinas, que se intercomunicam tendo em vista a maior produtividade e valorização do capital. Para tanto, a flexibilidade (cf. HARVEY, 1989) dos processos produtivos, do trabalho e dos direitos dos trabalhadores se tornou a pedra angular que caracteriza o mercado como um campo totalmente maleável, que se configura aqui e ali de acordo com determinações do capital, sua acumulação e valorização cada vez mais ampliadas.

É nesse contexto de desregulamentação da vida social que o capital apropria-se "não apenas dos músculos do trabalhador, mas também de seu cérebro" . Ou seja,

Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada (DEL RIO e SILVA, 2003, P. 25).

De modo que o que se assiste hoje não é o alegado fim do trabalho como elemento determinante de novas relações sociais, como querem os que almejam ver a história findada nos limites

do modo de produção capitalista. Pelo contrário, ele continua sendo, como em Marx, o princípio heurístico fundamental, já que sua dinâmica nos possibilita compreender, entender, analisar e interpretar o atual processo de produção e reprodução da totalidade da vida social, mesmo neste momento de um certo protagonismo do trabalho morto, pois “não se deve esquecer que a ciência está subordinada, na ordem atual, aos imperativos do capital e se articula ao trabalho no processo de sua valorização” (DEL RIO e SILVA, 2003, p. 26).

4. À GUIA DE CONCLUSÃO: A QUESTÃO SOCIAL E SUA DIALÉTICA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL

Nesse momento final, ainda há que se fazer duas considerações, ambas relacionadas à questão social e articuladas com o argumento de que o marxismo ainda não se esgotou em seu potencial heurístico, quais sejam: primeiro que a questão social não é um elemento descolado da dinâmica de produção e reprodução da vida social, e segundo que considerá-la a partir do referencial marxiano implica em se comprometer com seu projeto ético-político.

Em relação à primeira consideração, pode-se dizer que, pelo exposto, o modo de produção e reprodução da vida social é compreendido por Marx como uma totalidade. Ele não é entendido pelo autor d'O Capital somente como a forma pela qual os homens produzem os bens materiais necessários à sobrevivência. Também isso, mas implica ainda na determinação do tipo de vida da comunidade, isto é, no padrão de sociabilidade política, cultural, estética, ética, religiosa, psicológica e ideológica. É por isso que se pode dizer que o tipo de sociedade varia conforme o padrão de desenvolvimento do modo de produção da vida material. Se assim o é, não cabe conceber as relações sociais como algo deslocado da dinâmica produtiva; elas se integram e interagem com as relações materiais de produção.

Contudo, se o modo de produção articula a vida social e com ela interage, nele, isto é, em sua dialética dinâmica, encontramos a chave interpretativa da questão social. Ao

compreender o modo de produção e suas estruturas econômica, jurídico-política e ideológica, estaremos em condições de compreender as relações sociais, procedimento indispensável para que as intervenções sociais alcancem seus prévios objetivos.

Dessa maneira, considerar o paradigma teórico-metodológico marxiano como referencial norteador da compreensão da questão social constitui-se, pois, num acerto. Como ainda vivemos sob a égide do modo de produção e reprodução capitalistas, a teoria marxiana ainda guarda valor epistemológico, sobretudo quando se trata de conhecer a “questão social”. Por mais que se pretenda entender as relações societárias atuais, advindas da crise do modo de produção taylorista/fordista, a partir de paradigmas teórico-metodológicos que desconsideram a centralidade do trabalho e do processo de valorização do capital como determinantes da totalidade social hodierna, o marxismo ainda se mantém atual.

Ressalte-se, por fim, a segunda consideração conclusiva anunciada neste item, qual seja: admitir a atualidade do marxismo não significa somente aceitar a sua validade epistemológica, mas também ético-política. Ou seja, deve-se considerar o paradigma teórico-metodológico marxiano não apenas como um método de conhecimento, mas também, e principalmente, como uma estratégia orientadora das intervenções na realidade social com vistas a transformá-la radicalmente em uma totalidade, no intuito de construir relações societárias para além do capital. Esse foi o caminho seguido por Marx, que consideramos particularmente frutuoso àqueles que se dedicam ao Serviço Social de perspectiva crítica - e não apolítica - e propositiva - e não reiterativa das condições e situações que se vive nesse mundo injusto e desigual, porque se encontra norteado pela lógica do capital.

ROSELINO, J. E.; MARTINS, M. F.; MARTINS, M. F. Social Issues, change in work and development of the productive capitalist forces. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 19, n. 2, 2010

ABSTRACT: This paper argues the validity of the elements presented in section IV of *The Capital* in order to explain the present stage of capitalist productive forces development. This work presents the Marxist instrument of

analysis adequacy as an essential theoretical basis required for the professional schooling of Social Workers in present times. In epistemological and ethical-political point-of-view Marxian theory and methodology suffice the guide function for intervention and understanding the social question.

Key-Words: productive forces; Karl Marx (1818-1883); machinery; Social Work.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Material e imaterial. *Folha de São Paulo* – Caderno Mais!, 13.ago.2000, pp. 08 e 09.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Marcio POCHMANN e Ricardo Antunes discutem a centralidade do trabalho. *Jornal da Unicamp*, edição 354, de 9-15. abr. 2007, pp. 08 e 09.

BELLUZZO, L. G. M. *Valor e capitalismo* - um ensaio sobre a Economia Política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3 ed. Zahar Editores, 1980.

CASAGRANDE, N. *As transformações no mundo do trabalho na virada de século* - qual a educação predominante?
<http://www.ufrgs.br/tramse/argos/Edu/2004/as-transformastica-fee.html>; acessado em 25 de maio de 2006.

DANTAS, M. *A Lógica do Capital Informação*. São Paulo: Contraponto, 1996.

DEL RIO, Marcos e SILVA, E. C. A crise do mundo do trabalho e a atualidade de Gramsci. *Novos Rumos*, ano 18, nº 39, São Paulo: Cromo Sete Gráfica e Editora, 2003, pp. 22 a 35.

FALEIROS, V. P. *Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?* *Serviço Social e Sociedade*, nº 84, Ano XXVI, 2005.

FERRETTI, C. J. e outros (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação* – um debate multidisciplinar. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HABERMAS J. *A nova intransparência*.

http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_nova_intransparencia.pdf, Acesso em 13 de setembro de 2006.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 1989.

HELOANI, Roberto. *Gestão e organização no capitalismo globalizado – história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, M.V. *A questão social no Capitalismo*. Temporalis. Porto Alegre: Abepss, Ano II, nº 3, jan-jul. 2004.

MARX K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse 1857-1858)*, México: Siglo Veinteuno, 1978.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas)

MÉSZÁROS, I. *Produção destrutiva e estado capitalista – para além do capital*. *Cadernos Ensaio*, Editora Ensaio, 1996.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In: *Serviço social e sociedade*, nº 59, ano XX, março de 1999, pp. 47 a 79.

_____. *Terceiro setor e a questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez, 2003.

MORAES NETO, B. R. *Marx, Taylor e Ford: as forças produtivas em discussão*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Editora Unesp/Brasiliense, 1988. (Tese de doutorado)

- NETTO, J. P. *Cinco Notas a propósito da "Questão Social"*. *Temporalis – Porto Alegre: Abepss, Ano II, nº 3, 2001.*
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã, 2005.
- OCDE, 1996, *Perspectives de la Science, de la Technologie et de l'Industrie*, Paris, OCDE, 1996
- PEREIRA, O. A. *Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social*. *Temporalis – Porto Alegre: Abepss, Ano IV, n.7, 2003.*
- POCHMANN, M. *Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho*. IE/Unicamp, Campinas, 2000.
- POSSAS, S. *Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1993. (Tese de doutorado)
- ROSANVALLON, P. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, 1998
- SCHAFF, A. *A sociedade informática. 4. ed., São Paulo: Ed. Unesp.1995.*
- SILVA, Felipe Luiz Gomes. *Gestão da subjetividade e novas formas de trabalho: velhos dilemas e novos desafios*. IN: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 56, janeiro/2006
(www.espacoacademico.com.br/056/56silva.htm - acessado em 26 de janeiro de 2006)
- TAVARES, M. C. *O movimento geral do capital: um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista*, *Estudos CEBRAP*, nº 25, 1979.

Artigo recebido em 07/2010. Aprovado em 09/2010.